

FUNDO DE PENSÕES CHARTIS EUROPE PORTUGAL
CONTRATO CONSTITUTIVO

Contraentes

1ª AIG Europe Limited – Sucursal em Portugal, com sede na Avenida da Liberdade, 131 – 3º, 1250-140, com capital social de €199.519,16, titular do cartão de pessoa colectiva nº 980.051.070, adiante abreviadamente designada por AIG, enquanto ASSOCIADO do Fundo.

2ª CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com sede na Avenida João XXI, 63º - 2º Piso, 1000-300, com capital social de € 3.000.000, matriculada na Conservatória do Registo de Lisboa sob o número de matrícula e de Pessoal Colectiva 502.777.460, enquanto Entidade Gestora do Fundo.

A primeira Contratante enquanto Associado e a segunda Contratante enquanto Entidade Gestora, procedem à alteração ao Contrato Constitutivo do FUNDO DE PENSÕES CHARTIS EUROPE PORTUGAL, o qual se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes a cujo integral cumprimento reciprocamente se obrigam:

CLÁUSULA I
DENOMINAÇÃO DO FUNDO

O Fundo de Pensões objecto deste contrato tem a denominação de "FUNDO DE PENSÕES CHARTIS EUROPE PORTUGAL", adiante também designado por FUNDO.

CLÁUSULA II
IDENTIFICAÇÃO DO ASSOCIADO

O Associado do FUNDO é a AIG Europe Limited., adiante também designada por ASSOCIADO.

CLÁUSULA III
ENTIDADE GESTORA

A Entidade Gestora do FUNDO é a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., adiante também designada por ENTIDADE GESTORA.

CLÁUSULA IV
OBJECTIVOS DO FUNDO

O FUNDO tem por objectivos exclusivos o financiamento do Plano de Pensões, tal como é definido na Cláusula VII do presente contrato, e o pagamento das prestações do mesmo decorrentes.

CLÁUSULA V
PARTICIPANTES

Os Participantes são os trabalhadores que reúnam os requisitos de admissão especificados no Plano de Pensões, tal como é definido na Cláusula VII.

CLÁUSULA VI
BENEFICIÁRIOS

Os Beneficiários são os Participantes quando adquirem direito às prestações pecuniárias estabelecidas no Plano de Pensões, tal como é definido na Cláusula VII.

CLÁUSULA VII
PLANO DE PENSÕES

O Plano de Pensões é definido no contrato colectivo de trabalho (CCT) para o Sector Segurador, reproduzido na íntegra no Boletim do Trabalho e Emprego nr. 23 – 1ª Série de 22 de Junho de 1995 no seu Capítulo V, Secção I, II, III e IV.

1 - Quaisquer alterações a este CCT serão consideradas, neste Fundo de Pensões, após a sua entrada em vigor, devendo ser feito novo estudo actuarial para se apurar o novo nível de contribuições.

2 - No momento de passagem à reforma por velhice ou invalidez, cada beneficiário pode optar por converter o seu complemento de reforma a que tem direito, de acordo com o estabelecido no ponto 1 desta cláusula, noutro com direito a uma pensão reversível para o cônjuge.

O valor actual do novo complemento de reforma com reversibilidade terá que ser igual ao inicialmente calculado de acordo com o clausulado do CCT.

A percentagem de reversibilidade da pensão a aplicar, nestes casos, será no máximo de 50%.

CLÁUSULA VIII
ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O FUNDO assegura o pagamento das prestações previstas no Plano de Pensões às pessoas que venham a adquirir a qualidade de Beneficiários.

CLÁUSULA IX
PATRIMÓNIO INICIAL

O património inicial do FUNDO foi, à data da sua constituição – 27 de Setembro de 2010 -, de € 467.125,96 (quatrocentos e sessenta e sete mil, cento e vinte e cinco euros e noventa e seis cêntimos) por transferência do Fundo de Pensões ALICO.

CLÁUSULA X
FINANCIAMENTO E REGRAS DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O financiamento do Plano de Pensões tendo por base o Plano Técnico - Actuarial constante do Contrato de Gestão, fica totalmente a cargo do ASSOCIADO, não existindo contribuições dos Participantes.

No âmbito da administração do FUNDO, a ENTIDADE GESTORA prosseguirá sempre objectivos de rentabilidade e de segurança e assegurará o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA XI
EMPRÉSTIMOS

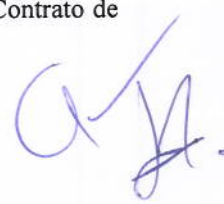
O FUNDO não contempla a concessão de empréstimos aos Participantes ou aos Beneficiários.

CLÁUSULA XII
TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO FUNDO

1. O ASSOCIADO pode promover a transferência da gestão do FUNDO para outra entidade gestora, desde que, para tanto, notifique a ENTIDADE GESTORA com uma antecedência mínima de noventa dias relativamente à data em que pretendam que aquela opere efeitos.
2. A efectiva transferência da gestão do FUNDO depende de autorização do Instituto de Seguros de Portugal.
3. O ASSOCIADO suportará todos os custos emergentes da transferência da gestão do FUNDO.

CLÁUSULA XIII
ENTIDADE DEPOSITÁRIA

1. Os valores que integram o património do FUNDO, bem como os documentos representativos das aplicações daquele serão depositados, ao abrigo de Contrato de Depósito, na Entidade Depositária definida no Contrato de Gestão.



N34

2. A ENTIDADE GESTORA poderá transferir os valores do FUNDO para outra entidade depositária, desde que, para tanto, obtenha o acordo prévio do ASSOCIADO e comunique a alteração ao Instituto de Seguros de Portugal.

CLÁUSULA XIV

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O ASSOCIADO e a ENTIDADE GESTORA poderão livremente alterar o conteúdo do presente contrato, desde que obtenham para o efeito autorização prévia do Instituto de Seguros de Portugal e da alteração não resulte a diminuição do valor das pensões em pagamento à data nem a redução de eventuais direitos adquiridos até então.

CLÁUSULA XV

REPRESENTAÇÃO DO ASSOCIADO

O ASSOCIADO, através do seu órgão de gestão ou das pessoas ou entidades em quem este haja delegado poderes bastantes, assegurará a sua representação.

CLÁUSULA XVI

SUSPENSÃO DE CONTRIBUIÇÕES

1. No caso de o ASSOCIADO pretender deixar de contribuir para o FUNDO, deverá comunicar tal facto mediante um aviso prévio de três meses, por carta registada dirigida à ENTIDADE GESTORA. Neste caso, o ASSOCIADO apenas será responsável pelo pagamento de importâncias devidas em data anterior à tomada de efeito da referida comunicação.

2. No caso de o ASSOCIADO não proceder ao pagamento das contribuições necessárias para o cumprimento dos montantes mínimos exigidos pelo normativo em vigor e se no prazo de um ano não tiver sido estabelecido um adequado plano de financiamento, o FUNDO deve ser extinto nos termos preceituados no Cláusula XX.

CLÁUSULA XVII

DIREITOS DOS PARTICIPANTES QUAUNDO DEIXEM DE ESTAR ABRANGIDOS PELO FUNDO

Os direitos dos PARTICIPANTES, enquanto meras expectativas da atribuição de prestações pecuniárias garantidas pelo FUNDO, terminarão com a cessação do vínculo laboral à ASSOCIADO por circunstâncias que não sejam as que determinam a atribuição das referidas prestações, salvo se se mantiverem ao serviço da actividade seguradora.

NYA⁴

CLÁUSULA XVIII

DIREITOS DOS PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS EM CASO DE EXTINÇÃO DO ASSOCIADO

Em caso de extinção do Associado e se o mesmo não for substituído, o Fundo será extinto e o seu património liquidado como referido na Cláusula XX.

CLÁUSULA XIX

CAUSAS DE EXTINÇÃO DO FUNDO

O FUNDO extinguir-se-á nas seguintes situações:

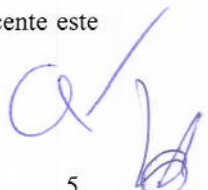
- a) O seu objectivo tiver sido atingido ou por este se tornar impossível;
- b) Por acordo entre o ASSOCIADO, os participantes e os beneficiários efectivos do Fundo;
- c) O ASSOCIADO suspender o pagamento das contribuições contratadas, nos termos expressos no número 2 da Cláusula XVI;
- d) O ASSOCIADO se extinguir e não se verificar a sua substituição;
- e) Na falta de meios financeiros que determinem a impossibilidade do Fundo garantir o cumprimento das respectivas obrigações;
- f) Nos casos previstos na lei.

CLÁUSULA XX

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Em caso de extinção do FUNDO, o seu património será liquidado e, após o pagamento de todas as despesas devidas, serão garantidos aos Beneficiários e aos Participantes, pela ordem a seguir indicada, os seguintes benefícios:

- a) A continuidade do pagamento das pensões em curso, através da aquisição, junto de uma seguradora, de rendas vitalícias imediatas para todos os Beneficiários à data da extinção do FUNDO.
- b) O imediato início do pagamento das pensões a atribuir aos Participantes que, encontrando-se em actividade na data da extinção do FUNDO, tenham, nessa oportunidade, idade igual ou superior à idade normal de reforma, através da aquisição junto de uma seguradora de rendas vitalícias imediatas.
- c) Aquisição de unidades de participação de um Fundo de Pensões Aberto ou, ainda, na aquisição, junto de uma seguradora, de rendas vitalícias diferidas para a data normal da reforma, para cada Participante com idade inferior à idade normal de reforma. O valor afecto a cada Participante é proporcional à Responsabilidade por Serviços Passados calculada à data de extinção do Fundo e não poderá ultrapassar o valor do prémio único que resultaria da aplicação da fórmula de benefícios expressa na Cláusula VII.
- d) Se, após assegurados os direitos referidos nos parágrafos anteriores, existir algum valor remanescente este será utilizado para melhorar os valores resultantes das alíneas a), b) e c).





NSA

CLÁUSULA XXI

ARBITRAGEM

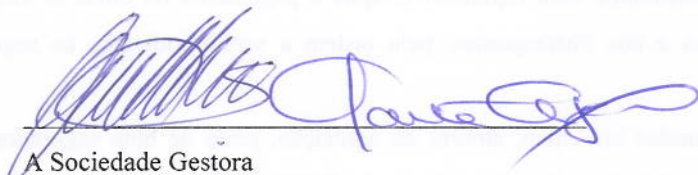
- a) Os diferendos que eventualmente venham a suscitar-se entre as partes contraentes, relativamente à interpretação, aplicação ou execução das disposições do presente contrato, serão obrigatoriamente dirimidas por recurso à arbitragem.
- b) O tribunal arbitral será constituído por três árbitros, sendo dois nomeados por cada uma das partes envolvidas - ASSOCIADO e Entidade Gestora - que, por sua vez, nomearão o terceiro, que presidirá.
- c) Na falta de acordo, o Presidente será designado pelo Tribunal da Relação de Lisboa.
- d) O tribunal arbitral funcionará na comarca de Lisboa, competindo aos árbitros definir as regras do respectivo processo.
- e) No omissis, aplicar-se-á a lei de arbitragem em vigor ao tempo em que o tribunal arbitral for constituído.

Lisboa, 1 de Janeiro, de 2013



NIPC: 980051070
Av. Da Liberdade, nº 131 - 3º - 1250 - 140 Lisboa
Tel 351 213303360 | Fax 351 213180852
www.aig.com

O Associado

AIG Europe Limited – Sucursal em Portugal


A Sociedade Gestora

CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões